

Aspectos pós-coloniais em *João Vêncio: Os seus amores*, de Luandino Vieira

Natalia Aparecida Dante Cavichioli¹
Altamir Botoso²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar os aspectos pós-coloniais na obra *João Vêncio: os seus amores* (1987), de José Luandino Vieira, evidenciando o valor da obra no contexto de sua produção, um período de resistência e construção de identidade, a começar por uma breve introdução sobre o colonialismo e seus efeitos e a produção literária em Angola. Para a análise, tivemos como referência teórica os estudiosos Thomas Bonnici (2009), Inocência Mata (2000), Maria Nazareth Fonseca e Terezinha Moreira (2007), entre outros críticos. Após a exposição da teoria em conjunto com trechos do livro analisado, pode-se perceber a perspicácia de Luandino Vieira ao escrever um livro num período de forte repressão política e revolução.

Palavras-chave: Pós-colonialismo; Luandino Vieira; Literatura angolana.

¹ Aluna regular do Mestrado Acadêmico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, Campus de Campo Grande-MS. E-mail: nataliadante@gmail.com

² Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Campus de Assis-SP e docente do curso de Letras/Espanhol e do Mestrado em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, Campus de Campo Grande-MS. E-mail: abotoso@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Quais foram as heranças deixadas pelo colonialismo e como podemos definir o pós-colonialismo? Primeiramente, Bonnici (2009) deslinda que o colonialismo compreende opressão militar, cultural e econômica de um país sobre outro país. Como herança, a devastação de culturas muitas vezes milenares, substituídas pelo eurocentrismo e cristianismo, além de lacunas nas histórias das terras e de escritores com perspectivas diferentes falando de lugares diferentes tentando “assumir o papel de preencher com o seu saber esse vazio que a consciência vinha desvelando” (CHAVES, 2000, p. 245).

Schmidt (2009) esclarece que o conceito de “pós-colonialismo” foi empregado originalmente no pós-guerra para designar estritamente o início da descolonização dos países colonizados pela Europa. A partir dos anos 70, esse termo passou a ser usado pelos críticos de literatura para articular os efeitos da colonização. Na contemporaneidade, o pós-colonial pode ser pensado de diversos pontos de vista teóricos, políticos, culturais, históricos e lugares geográficos, entre outros fatores. Simone Pereira Schmidt ainda afirma que,

Em síntese, seria empobrecedor e arriscado tentar homogeneizar a experiência pós-colonial, já que ela é, por princípio, heterogênea. Não podemos falar de um sujeito pós-colonial, pois sua identidade resulta da interseção de diversas faces de sua história e de seu presente, que dizem respeito à classe social em que se situa, ao país e à região de onde vem e onde está, à sua posição de gênero, raça e etnia, etc., sendo que todos esses elementos só podem ser vistos em sua complexa rede, densa de historicidade e múltipla em suas localizações. (SCHMIDT, 2009, p. 139).

A autora afirma que o pós-colonial é relacional, pois os estudos se dedicam a investigar como a metrópole e colônia sofreram alterações com o processo colonial. Apesar disso, não se deve apagar as desigualdades desse processo por causa de sua relação.

Bonnici (2009) define o pós-colonialismo como resposta e resistência ao colonialismo e demonstra que envolve: o debate sobre as ex-colônias e o arquivo temporal e ideológico, ou seja, o tempo passado entre a independência e a atualidade e a influência do colonizador em seu país até os dias de hoje, um novo modo de viver, a caracterização da diáspora de diferentes comunidades e o foco num modo de pensar que salienta o desenraizamento como posição de capacitação política.

O autor faz uma crítica à academia ocidental por seus interesses no pós-colonialismo devido ao interesse nessas literaturas que enfoquem questões pós-modernas de hibridismo e ignoram os escritores que relatam as opressões raciais e sociais. Bonnici (2009) inclusive nos faz pensar sobre essa independência que pode disfarçar o neocolonialismo com a escusa de desenvolvimento e modernização numa era de globalização. Ainda há países sob domínio estrangeiro e essa situação tem se eternizado ao longo dos séculos e não sabemos se, algum dia, poderá, verdadeiramente, modificar-se.

LIBERTAÇÃO TARDIA DE ANGOLA

Angola, um país livre tardiamente, teve sua independência somente em 1975, tendo sido domínio de Portugal desde o século XV ao início do século XX. Cortines (2012) explica que durante esse período de colonização, a presença de Portugal em África (os países sob possessão de Portugal eram Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola) se dava por entrepostos comerciais e tráfico de escravos. Em 1884 foi realizada a Conferência de Berlim, que tinha como objetivo regulamentar a navegação nos rios e a ocupação dos territórios do continente africano. Como resultado, as potências europeias dividiram o território africano entre si, cabendo a Portugal as colônias que já eram suas.

Ao dividirem o território, como muito bem expõe Cortines (2012), os países que colonizavam o continente africano desconsideraram a história, os grupos étnicos e os valores daquele povo, gerando assim fronteiras artificiais preservadas até a atualidade. Uma das atas da Conferência de Berlim dizia que para concretizar a posse dos territórios africanos, as colônias deveriam ocupar os territórios, fazendo com que Portugal intensificasse a ocupação em algumas colônias, entre elas Angola. “Os territórios africanos significavam para Portugal, da mesma forma como o Brasil havia significado, uma forma de integrar-se às potências mundiais e de construir o império Português” (CORTINES, 2012, p. 17).

Havendo essa obrigatoriedade de Portugal ocupar o território africano e após o prejuízo sofrido pós-independência do Brasil, a administração da colônia em África sofreu algumas mudanças, como o acréscimo de campanhas de pacificação, que utilizavam a força militar e a violência física como forma de calar a população local e submetê-las ao colonialismo. Outra mudança implementada por Portugal foi a política assimilacionista. Essa política baseia-se, com base nos conhecimentos de Cortines (2012), em que todo negro que mantivesse sua cultura viva era considerado um indígena, aumentando assim as diferenças entre o colonizador e o colonizado. Os negros que soubessem ler e escrever, apresentassem bom comportamento e abandonassem seus costumes, ascenderiam para a categoria de assimilado, o que traria usufrutos dos direitos civis e políticos de um cidadão português, mas, como confirma Cortines (2012, p. 19), “não eliminava o preconceito, além de ser uma forma de anular a identidade do indivíduo assimilado.”

Com a instituição do Estado Novo em 1930, as mudanças tornaram-se ainda maiores. O Ato colonial de 1930 reflete um caráter nacionalista e traz de volta fortemente a colonização centralizadora, mantendo-se assim até 1974. Neto (1997) divide esse período de 40 anos em várias fases. A primeira fase abarca as décadas de 1930 e 1940, auge da dominação de Portugal em África. “Na sequência do Acto colonial, são promulgadas em 1933 a Carta orgânica do império colonial português e a Reforma administrativa ultramarina [...]” (NETO, 1997, p. 346). Nesse período também se destaca a literatura. Nos romances coloniais, nos quais mesmo os autores se compadecendo dos dramas do

colonizado, apresenta-se a filosofia dominante. Emergem também contos e impressões de viagens.

A segunda fase inicia-se a partir da Segunda Guerra Mundial, e em 1946 há uma representação nativa no Conselho do governo, com o padre Manuel das Neves e Eusébio de Brito Teixeira. Ao final daquele ano, um decreto possibilitou maior abertura ao preenchimento de vagas no exército colonial. Neto (1997) aponta que as mudanças mais perceptíveis dar-se-ão a partir da década de 50. Em 1951 Marcello Caetano definiu os “princípios fundamentais da moderna colonização portuguesa”, “insistindo na necessidade da diferenciação administrativa enquanto a assimilação cultural não transformar todos os habitantes das colônias em portugueses civilizados” (NETO, 1997, p. 346).

Após Portugal ingressar na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Conferência de Bandung, realizada em 1955, a colonização portuguesa em África passa a ser questionada. Foi promulgada uma revisão constitucional em 1951 em Portugal, “passando-se a considerar as colônias portuguesas em África como províncias ultramarinas e abolindo-se a denominação ‘império colonial português’” (CORTINES, 2012, p. 22). Essa questão colonial resultou na guerra colonial, iniciando-se em Angola em 1961. A ONU teve um papel importante no movimento de independência das colônias através da publicação da Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948, culminando na pressão da comunidade internacional para que Portugal deixasse o território africano.

Cortines (2012) expõe que em 1940 foi criada a Casa dos Estudantes de Angola, nome modificado depois para Casa dos Estudantes do Império (CEI). Essa instituição servia como ponto de encontro para discussões sobre independência, produção intelectual e movimentos de luta. Após um tempo, a CEI tornou-se um espaço de oposição e propagação de ideias anticoloniais. Surge, em 1950, o movimento dos novos intelectuais de Angola, chamado depois de geração mensageira. Em 1955 a CEI deu lugar ao MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).

Em 1961 inicia-se a luta armada contra a dominação portuguesa, instaurada por diversos movimentos revolucionários: o MPLA, o FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e o UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Cortines (2012) explica que o MPLA, fundado por Agostino Neto (que viria a ser o primeiro presidente de Angola), tinha orientação marxista, o FNLA era liderado por Holden Roberto e a UNITA, fundada por dissidentes do FNLA, era apoiada pelo governo do *apartheid*³ sul-africano e pelo governo dos EUA.

A independência de Angola foi oficializada em 11 de novembro de 1975 e o MPLA assumiu o governo, sendo reconhecido pela ONU. Os outros dois movimentos revolucionários, insatisfeitos com o novo governo, instauraram uma guerra civil que perdurou até 2002. Angola, após 13 anos de guerra colonial e 27 anos de guerra civil, “tornou-se uma nação falida, carente de

³ O *apartheid* foi um sistema de segregação da população negra, que vigorou entre 1948 e 1994, comandado pela minoria branca na África do Sul. <<https://www.google.com/search?q=apartheid&oq=apartheid&aqs=chrome..69i57.1785j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>> Acesso em: 26 jan. 2019.

infraestrutura e de mão-de-obra qualificada, contando com mais de 90% da população analfabeta” (CORTINES, 2012, p. 24).

Fizemos esse panorama da situação de Angola e tecemos alguns comentários sobre a literatura desse país, porque o enfoque deste artigo é a análise da obra *João Vêncio: os seus amores*, do escritor angolano Luandino Vieira.

O AUTOR: VIDA E OBRAS

José Vieira Mateus da Graça nasceu em Lagoa do Furadouro (Portugal), em 4 de maio de 1935. É cidadão angolano pela sua participação no movimento de libertação nacional e contribuição para o nascimento da República Popular de Angola. Foi preso em 1959, e depois libertado e posteriormente (1961) de novo preso e condenado a 14 anos de prisão e medidas de segurança. Transferido, em 1964, para o Campo de Concentração do Tarrafal, onde passou 8 anos, foi libertado em 1972, em regime de residência vigiada em Lisboa.

Trabalhou com o editor Sá Costa até à Revolução de Abril e iniciou a publicação da sua obra, escrita, na grande maioria, nas diversas prisões por onde passou. Em 1975 regressou a Angola. O regime da agora independente República Popular de Angola — de que Luandino é um ideólogo, pois assume a função de diretor do Departamento de Orientação Revolucionária do MPLA (1975-1979) — atribuiu a Luandino Vieira responsabilidades ligadas ao setor audiovisual e cinematográfico; começa por ser diretor da Televisão Popular de Angola (1975-1978), e passa depois a dirigir o Instituto Angolano de Cinema (1979-1984).

Foi cofundador da União dos Escritores Angolanos, do qual foi secretário-geral (1975-1980 e 1985-1992), e secretário-geral adjunto da Associação dos Escritores Afroasiáticos (1979-1984). Na sequência das eleições de 1992, reinício da guerra civil angolana, Luandino Vieira regressou à Portugal. Radicou-se numa zona rural do Minho, próximo de Vila Nova de Cerveira, onde se dedica à agricultura. Em 2006 recebeu o Prémio Camões, considerado o mais importante prémio da língua lusófona. Luandino recusou o prémio alegando que não produzia livros há algum tempo, apesar de ter publicado dois livros naquele mesmo ano.

Da sua vasta publicação ficcional destacam-se *A Cidade e a Infância* (1957); *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier* (1961); *Luuanda* (1963); *Vidas Novas* (1968); *Velhas Estórias* (1974); *Nós, os de Makulusu* (1975); *João Vêncio: Os Seus Amores* (1979); *Kapapa: Pássaros e Peixes* (1998); *Nosso Musseque* (2003); *Livro dos rios: De Rios Velhos e Guerrilheiros I* (2006) e *O livro dos guerrilheiros: De rios velhos e guerrilheiros II* (2009) dentre outros.⁴

A PRODUÇÃO LITERÁRIA EM ANGOLA

⁴ Informações baseadas em “Notas biográficas”, disponível no site: <<https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Notas%20biograficas.pdf>> Acesso em: 26 jan. 2019.

A África é um país de tradição oral, como expõem Fonseca e Moreira (2007), porém a literatura escrita de Angola teve início com a imprensa, instalada em 1845, abrindo portas para revistas e produções literárias. “O jornalismo e a literatura africana nascem juntos” (OLIVEIRA, 2007, p. 5). Os jornais nos países sob dominação portuguesa costumavam ter curta duração por serem armas contra o sistema colonial, pois os autores negavam a legitimidade do colonialismo nas revistas e nas produções literárias. “A imprensa representa a mola mestra na formação do primeiro reduto capaz de criar uma atmosfera capaz de romper o silêncio imposto pela máquina colonial” (OLIVEIRA, 2007, p. 4).

Os estilos narrativos mais utilizados foram a crônica, o folhetim, que agradava aos portugueses e africanos, e o panfleto, de perfil político e doutrinário. Pode-se dividir as produções literárias dos países africanos de língua portuguesa em duas fases: de literatura colonial e das literaturas africanas. Oliveira (2007) explicita que a primeira exalta o colonizador como um herói, desbravador e portador de uma cultura superior. A segunda é narrada de outra ótica, colocando o negro como privilegiado, mas não se excluem as personagens europeias.

Fonseca e Moreira (2007) elencam três períodos na produção poética angolana: de 1950 a 1970 (conscientização), década de 1970 (inovações estéticas) e geração de 1980. O primeiro período focou na conscientização de três grandes problemáticas angolanas: a terra, a gente e suas origens. A década de 70 é marcada pela procura de uma linguagem poética mais universal e um maior rigor literário. E o último período, da geração de 80, é frisado por um ecletismo marcante, dando importância a temas não abordados anteriormente, como o idioma.

As autoras supracitadas explicam que o escritor africano de língua portuguesa era considerado um “homem de dois mundos”, transitando pelo espaço do colonizador e seu próprio espaço ao assumir as heranças dos portugueses (sejam elas o idioma ou a literatura e cultura) com a sua cultura e as línguas locais. O universo literário dos naturais de África é valorizado e explorado, pois “quando os autores negam a legitimidade do colonialismo no discurso literário, fazem da revelação e valorização do mundo africano a raiz primordial tanto na ficção quanto na poesia, que, inicialmente, foram registradas em jornais ou folhetins” (OLIVEIRA, 2007, p. 2). Um período importante na consolidação do sistema literário angolano, conforme Fonseca e Moreira (2007), foi o brado lançado em 1948 – Vamos descobrir Angola – que visava o rompimento com o tradicionalismo do colonialismo e um reconhecimento e valoração do próprio país e sua cultura.

Os jornais, destarte, serviram como um espaço de divulgação de uma literatura emergente, vinda dos próprios africanos, sendo uma maneira de disseminar a cultura e a ficção de um povo subjugado. Inicialmente, como revela Oliveira (2007), as literaturas surgiram valorizando as regiões onde vivem os intelectuais, mas pouco a pouco “o regional evolui e dá lugar a um sentimento nacional que vislumbra um projeto coletivo capaz de redimensionar os chamados valores culturais africanos, tão bem representados na literatura” (OLIVEIRA, 2007, p. 8).

No cenário literário angolano, despontam grandes escritores tais como Manuel Rui, Uanhenga Xitu, Ondjaki, Ana Paula Tavares, João Melo, Boaventura Cardoso, Pepetela, José Eduardo Agualusa, José Luandino Vieira, dentre outros, que conseguiram produzir grandes obras, tanto no território da poesia quanto no da prosa. Nesse sentido, enfocamos o escritor José Luandino Vieira e seu romance *João Vêncio: os seus amores*, que será estudado com o intuito de que possamos apontar elementos pós-coloniais que permeiam o enredo desse livro.

UM MALANDRO E A HISTÓRIA DE SEUS AMORES

Mulato, como a própria personagem se descreve, criado pelo pai, que era padeiro, e pela madrasta, com quem não tinha um bom relacionamento, passou a infância no musseque, onde vivenciou os fatos que vão formar sua personalidade instável e fugidia. Os fatos, que se passam na trajetória de sua vida e o conduzem à prisão (tentativa de homicídio frustrado), põem em evidência a impossibilidade de afirmação da individualidade, da autenticidade, e retrata a dificuldade dos jovens de se situarem quando começaram as lutas armadas em Angola. Sua vida é um suceder de engolir “mazundu” (sapos) de pernas abertas.

João Vêncio narra cinco aventuras amorosas que fundamentam toda a sua existência e que prenunciam e explicam a sua prisão. Cada uma delas está entrelaçada na outra, como as pontas de uma estrela. São elas: Tila, Mimi, Maristrêla, Florinha e Biju Supimpa (bailunda). O protagonista assim se expressa a esse respeito: “Eu tinha mas é três amores que eu vou pôr primeiro para o muadié (senhor) perceber inteiro. Porque de todos os outros eu não lembro a luz que esses três tem em meu coração” (VIEIRA, 1987, p. 18).

A obra é narrada em primeira pessoa, sendo alimentada pelo fluxo de memória de Juvêncio. A característica da personagem principal é a busca pela sobrevivência, sendo Juvêncio mutável, adaptável, um pícaro. Um trecho que identifica essa personalidade cambiável é o que segue:

Eu gosto muito de mudar de nome. Eu penso que gosto é de mudar a vida. Eu não posso viver muito tempo na mesma casa, na mesma rua, no mesmo sítio. Sempre mudo o meu quarto de dormir – cacimbo e chuvas. Sempre mudo as mobílias na casa. Uso e desuso bigode. [...] E mudo a cor do cabelo. Tudo eles não compreendem, nos autos. Mazundu! [...] Eu estudo o que eu queria ser, o que eu adianto fazer – eu gravido, gero, dou o felizparto na minha vida. (VIEIRA, 1987, p. 39).

Tila, o primeiro amor e vizinha de Juvêncio, representa a inocência do amor infantil, que é profanado pela relação carnal da moça com o companheiro, o doutor, que são destacadas nos seguintes fragmentos: “Empurrei a porta. Fechada, e as pancadas, porradas de tábua, cresciam nos

meus ouvidos. Lembrei: espreitei buraco da fechadura” (VIEIRA, 1987, p. 68). “Espreitei, vi: -nos transe, o javardo deitado nas sombras das minhas palmeiras frodisíacas, turíbulo de meus perfumes. E ela me tinha sorrido, convite, e gozava. Gemia. <Putá! Putá! Putá!> - as lágrimas não deixavam me ver mais o caminho [...]” (VIEIRA, 1987, p. 69).

Outro amor narrado é Maristrêla, namorada “de verdade”, descrita por Juvêncio como sendo bem feia. “Tão feiosa, o senhor sempre não poderá ver a monandengue [criança] ranhosa, ramelosa que uma mulher quilumba [moça bonita] antes pode ser” (VIEIRA, 1987, p.29). Juvêncio perde o contato com Maristrêla após ela se prostituir, aos 12 anos, conforme deixa patente o narrador-personagem: “[...] aos 12 anos prostituiu-se” (VIEIRA, 1987, p. 30).

Mimi, outro amor de Juvêncio, é um garoto mimado, de cabelo loiro e “cruéis” caracóis. Para Juvêncio, Mimi representa a paz e a beleza, tendo a delicadeza do cetim, mas se “sujando no pecado”, devido ao relacionamento carnal entre eles: “Abraçei-lhe, segurei-lhe, encostei no peito dele, deitámos no chãozinho, meio do capim, beira d’agua azul com música de rãs-relas e ele sorriu-se todo, era o sol. Fizemos. Eu e ele. Ele e eu. Sem vergonha, nossas amorizadas” (VIEIRA, 1987, p. 71). Juvêncio vê Mimi como traição, porque eles mantiveram um relacionamento enquanto ele namorava Maristrêla. A este propósito, o narrador tece a seguinte indagação: “[...] como vai me responder ainda, legal, sua sentença sobre o nosso amor adúltero, incesto?” (VIEIRA, 1987, p. 38).

Florinha, o quarto amor de Juvêncio, representa, para ele, sua mãe. “A Florinha – eu falo o nome bonito dela e vejo a minha mãe, desconhecida madre” (VIERIA, 1987, p. 80). O filho de Florinha, Ninito, morreu mordido por um cão com raiva. No “aniversário” da morte do filho, ela fazia um ritual de iniciação sexual com os amigos do filho. No início, ela não aceitava fazer nada com Juvêncio por causa de sua idade. A primeira vez de Juvêncio com Florinha foi aos 8 anos, após ele presenciar Tila e o doutoro terem relações sexuais. “Tive as raivas: eu tinha oito anos, com a menina Tila eu tinha casado quase e ela me gozava? Arfei, fúrias, lembrei o macacão, olhos fechados” (VIEIRA, 1987, p. 79). Após Juvêncio se exaltar e fazer um escândalo durante o ato sexual, os moradores do musseque descobrem o ritual de Florinha, acusam-na de profanação e a deportam para Baía dos Tigres.

Pinheiro (2003) analisa de maneira muito pertinente esses quatro amores descritos até agora, os quais, segundo essa pesquisadora, formam uma estrela metafórica. Essa estrela simboliza a sorte e o destino de Juvêncio, o qual está relacionado às histórias de seus amores. Ao mesmo tempo em que Juvêncio aponta o lado positivo dos relacionamentos, ele aponta também o lado negativo, fazendo assim com que a estrela de 3 pontas gire. Maristrêla é o amor inocente que carrega o peso de furadora de órbitas - ela e Juvêncio furavam os olhos dos passarinhos para eles cantarem melhor. Tila é o amor de infância manchado pelo coito; Mimi representa a pureza e o adultério. Florinha permanece no centro da estrela pelo fato de Juvêncio a enxergar como uma mãe.

Outro amor que Juvêncio narra, mas não aparece na estrela é a bailunda, seu amor da fase adulta. Juvêncio vê bailunda traindo-o e tenta matá-la estrangulada, mas antes prepara uma cena, acende velas, como se fosse

cumprir um ritual. Por isso ele foi preso, por tentativa de homicídio frustrado. O livro se encerra com Juvêncio falando para o companheiro de cela que a bailunda já deveria estar chegando com a comida, ou seja, na visão dele, ele a perdoou pela traição.

ASPECTOS PÓS-COLONIAIS PRESENTES NA OBRA

A ideia de um “homem de dois mundos” demonstrada por Fonseca e Moreira (2007) e exposta no tópico 1.2 (A produção literária em Angola) demonstra, ainda consoante às autoras, que esse “conflito” no campo literário – as mesclas de idiomas e culturas – são características presentes nas obras dos escritores dos países africanos que assumiram a língua portuguesa como língua oficial. As autoras trazem Manuel Ferreira (1989), que sinalizou quatro momentos de emergência da literatura nos espaços africanos, sendo eles a alienação, a percepção da realidade, consciência de colonizado e independência nacional. A alienação refere-se à alienação cultural. A percepção da realidade mostra os primeiros sinais do sentimento nacionalista, como a dor de ser negro e a revelação da influência do meio em que está inserido. *João Vêncio* se encaixa nessa categoria, assim como se insere também na consciência de colonizado, período no qual os escritores tinham uma postura de desalienação e discurso da revolta. A todo momento a personagem principal do livro de Luandino demonstra a insatisfação com o sistema colonial. O último momento é o da independência nacional, no qual se observa uma literatura eclética, com liberdade para escrever sobre diversos temas.

Patrick Chabal (1994), citado por Fonseca e Moreira (2007), propõe quatro fases abrangentes das literaturas africanas de língua portuguesa. A primeira delas é a assimilação, na qual os escritores africanos imitavam a escrita europeia, a segunda é a resistência, segundo a qual o escritor assume e defende a cultura africana e se conscientiza do valor do homem africano, que pode ser observado no livro de Luandino. A terceira fase, independência, também é observada na obra, já que o escritor africano se afirma como tal, tentando definir sua posição na sociedade pós-colonial. A última das fases é a consolidação, marcada pelo ecletismo e pela busca de um lugar no *corpus* nacional.

A personagem principal mostra seu descontentamento com o sistema ao manifestar que a escola era uma demonstração do sistema opressor: “Levei dez palmatoadas, num ditado escrevi como ele falava, a sô pessora era uma candonga [branca pobre] maniosa, xingou-me e bateu-me. Engoli raiva e ranho [...]” (VIEIRA, 1987, p. 27). O protagonista tem que aceitar a imposição do sistema linguístico do colonizador, não podendo falar da maneira que aprendeu. A voz narrativa também lamenta a colonização em Luanda, pois as cidades que se desenvolveram em solo africano são signos da colonização, mostrando o sacrifício da ruralidade nas quais viviam as sociedades ancestrais.

Outro aspecto observado por Fonseca e Moreira (2007), apontado no tópico 1.2 e traço característico em *João Vêncio* é o ecletismo de Luandino Vieira ao inserir aspectos dos falares do povo, como forma de africanizar a língua colonial e se afirmar como literatura africana, mostrando a resistência

dos marginalizados que habitavam os musseques em Luanda. Bonnici (2009) também traz essa mesma perspectiva de “crioulização” do idioma do colonizador juntamente com a “teoria da abrogação”, que pode ser definida como a utilização dos instrumentos da cultura dominante como forma de se contrapor ao dominador. No livro, Juvêncio sabe que se falar com uma língua híbrida (português e línguas africanas, como o quimbundo) o texto não será aceito pelos colonizadores, logo se pode observar uma tentativa de “alforriar” o texto para os padrões ocidentais, mas deixando transparecer traços da língua africana por meio de vocábulos e expressões que se encontram presentes em toda a trama da obra *João Vêncio: os seus amores* e nas demais produções ficcionais de Luandino Vieira.

Bonnici (2009) esclarece que uma forma de resistência encontrada nas literaturas pós-coloniais é o humor, como a mímica e paródias, e isso é facilmente encontrado na personagem criada por Luandino. Pode-se considerar João Vêncio (ou Juvêncio) um pícaro, que busca sobreviver de qualquer maneira, e que zomba constantemente da autoridade dos colonizadores, seja por meio do idioma ou por questões culturais. Juvêncio utiliza o sarcasmo para com os juízes e advogados, que demonstram a repressão do sistema colonial. A título de ilustração, veja-se o seguinte trecho extraído do romance: “Dantes eu pensava doutoro de leis e juiz, eram os magnatas – eles são – e sapos no voo, pregos no nado, na inteligência” (VIEIRA, 1987, p. 39).

Simone Schmidt (2009) apresenta o mulato como um sujeito “sem tribo”, um sujeito branco que lembra o tempo colonial. Vieira (1987) traz esse sujeito e os preconceitos que eles sofriam em seu livro. A autora conceitua de maneira inteligente o musseque e o traz como protagonista da história ao dizer que:

podemos afirmar que ele é protagonista também, anunciando em tons fortes (que encontram, aliás, uma significativa representação nas cores do céu, à medida que a tarde avança e o pôr-do-sol se aproxima) o desejo e o esforço de superação da situação colonial. (SCHMIDT, 2009, p. 140).

Um trecho em que é possível confirmar o desprezo pelos mulatos é: “Balelas de sungaribengo [nome depreciativo dado aos mestiços]. Não pareço, mas sou. De nascimento negro, cruzado. Sim, ambaquista, mukua-Ngulungu, matuense nada matumbo [natural do interior, pejorativo]” (VIEIRA, 1987, p. 23). Outro excerto que demonstra a preocupação de Juvêncio com a linguagem híbrida e “proibida” e mostra o ponto de vista da personagem no modo como o sistema colonial o enxerga pode ser notado no seguinte fragmento: “Fico àrrasca: balelagem de sungaribengo [nome pejorativo para mestiço] e o companheiro julga é ouro? Jingondo só...” (VIEIRA, 1987, p. 56). Jingondo pode ser traduzido como um objeto que aparenta ser de ouro, mas não é, e é a maneira que o sistema o vê. Aqui, podemos pensar também no ditado “Nem tudo que reluz é ouro”, já que o narrador personagem, por meio de seu discurso, desmascara as relações entre opressores e oprimidos, entre colonizados e colonizadores.

A atual escrita africana, de acordo com Inocência Mata (2000, p. 03), “mobiliza estratégias contra-discursivas que visam a deslegitimação dum projecto de nação monocolor pensado sob o signo da ideologia nacionalista”.

Ou seja, essa nova literatura opta por exprimir a alteridade dos africanos, característica que Luandino traz muito bem na obra analisada. A autora teoriza que Luandino Vieira inventa uma linguagem literária, “que emerge de uma linguagem ‘letrada’ e recreativa, como a de João Vêncio” (MATA, 2000, p. 04). Logo, essa invenção metalinguística é sinal de resistência e consciência à opressão sociocultural e política. Luandino cria neologismos além de mesclar o português com o quimbundo. “Muadié (senhor), tem cada pergunta! Solte meus passarinhos, não cresça outra vez o capim rõim no meu coração *remorsificado*.” (VIEIRA, 1987, p. 50).

O discurso da personagem narradora está o tempo todo estabelecendo uma crítica aos colonizadores da metrópole portuguesa e pondo em evidência e ressaltando o elemento africano, como uma maneira de denunciar as mazelas que ainda persistem na relação desigual estabelecida entre opressores e oprimidos e assinala a importância da literatura para a mudança de paradigmas e estigmas deixados pelos colonizadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luandino Vieira, ao escrever a obra, não queria contar a história de João Vêncio, figura inspirada num colega de cela durante o exílio, mas sim servir-se dela para “castigar” o sistema colonial pela violação profunda da língua, símbolo do poder colonial português. A linguagem utilizada foi a falada pelos habitantes de Luanda, contribuindo para a construção da nacionalidade e identidade cultural angolana e elevando essa linguagem a um nível literário.

O livro foi escrito na segunda fase de Luandino. Na primeira fase, ele ainda estava apegado à tradicionalidade literária imposta por Portugal. Na segunda fase, ele se liberta dos vínculos canônicos, renovando-se linguisticamente e literariamente. Em *João Vêncio*, Luandino Vieira mescla a língua de “prestígio” do colonizador com a língua do musseque, reivindicando um espaço linguístico e social. Essa obra, além de uma escritura de oposição, é também a reinvenção da linguagem.

O referido escritor conseguiu, em apenas um livro, demonstrar a superioridade que o colonizador tinha sobre o colonizado, a dúvida do colonizado entre o seu idioma e o idioma imposto pela colônia, e também fazer com que quem lesse sua obra refletisse de uma maneira crítica, e se conscientizasse sobre os males deixados pela metrópole em Luanda e nos demais países da África. Num sentido mais amplo, a sua obra como um todo, busca ressaltar e enfatizar os problemas das ex-colônias portuguesas e procura conscientizar e fazer com que o leitor africano persista em lutar contra a herança portuguesa e ofereça a resistência necessária para se libertar das amarras deixadas durante todo o processo de colonização.

REFERÊNCIAS

BONNICI, Thomas. (org.). **Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais**. Maringá: Eduem, 2009.

CHAVES, Rita. O passado presente na literatura angolana. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 04, n. 6, p. 245-257, 2000. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/10367>. Acesso em: 26 jan. 2019.

CORTINES, Paula de Oliveira. **A cidade e a infância e os da minha rua: representações da infância luandense em narrativas angolanas**. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa. In: **Cadernos Cespuc de Pesquisa**, Belo Horizonte, n. 16, p. 13-69, 2007. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/14767>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MATA, Inocência. O pós-colonial nas literaturas africanas de língua portuguesa. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALADAA, 10, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2000.

NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. In: **Lusopie**, 1997, p. 327-359. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/neto97.pdf>. Acesso em: 26 jan. de 2019.

OLIVEIRA, Jurema de José. As Literaturas Africanas e o Jornalismo no Período Colonial. **O Marrare** (Online) (Rio de Janeiro), v. 8, p. 42-50, 2007. Disponível em: <http://www.omarrare.uerj.br/numero8/pdfs/jurema.pdf> Acesso em: 26 jan. 2019.

PINHEIRO, Layss Helena Teodoro. **João Vêncio: os seus amores: escritura neopicaresca e angolanidade**. Tese (Doutorado em Letras) – UNESP / Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2003.

SCHMIDT, Simone Pereira. Onde está o sujeito pós-colonial? (Algumas reflexões sobre o espaço e a condição pós-colonial na literatura angolana). In: **ABRIL** – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.revistaabril.uff.br/index.php/revistaabril/article/view/268>. Acesso em: 26 jan. 2019.

VIEIRA, Luandino. **João Vêncio: os seus amores**. Lisboa: Edições 70, 1987.